



**SENADO FEDERAL**  
**Senadora Mara Gabrilli**

## **PROJETO DE LEI Nº       , DE 2021**

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que *dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências*, para atualizar os valores das multas pecuniárias aplicáveis em caso de infrações administrativas.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** A Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“**Art. 245.** .....

Pena – multa de R\$ 1.000,00 (mil reais) a R\$ 3.000,00 (três mil reais), aplicando-se o dobro em caso de reincidência.” (NR)

“**Art. 246.** .....

Pena – multa de R\$ 1.000,00 (mil reais) a R\$ 3.000,00 (três mil reais), aplicando-se o dobro em caso de reincidência.” (NR)

“**Art. 247.** .....

Pena – multa de R\$ 1.000,00 (mil reais) a R\$ 3.000,00 (três mil reais), aplicando-se o dobro em caso de reincidência.

.....” (NR)

“**Art. 249.** .....

Pena – multa de R\$ 1.000,00 (mil reais) a R\$ 3.000,00 (três mil reais), aplicando-se o dobro em caso de reincidência.” (NR)



SF/21317.09422-89

**“Art. 250. ....**

Pena – multa de R\$ 3.000,00 (três mil reais) a R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

.....” (NR)

**“Art. 251. ....**

Pena – multa de R\$ 1.000,00 (mil reais) a R\$ 3.000,00 (três mil reais), aplicando-se o dobro em caso de reincidência.” (NR)

**“Art. 252. ....**

Pena – multa de R\$ 1.000,00 (mil reais) a R\$ 3.000,00 (três mil reais), aplicando-se o dobro em caso de reincidência.” (NR)

**“Art. 253. ....**

Pena – multa de R\$ 1.000,00 (mil reais) a R\$ 3.000,00 (três mil reais), duplicada em caso de reincidência.

*Parágrafo único.* A pena será aplicável, separadamente, à casa de espetáculo e aos órgãos de divulgação ou publicidade.” (NR)

**“Art. 254. ....**

Pena – multa de R\$ 3.000,00 (três mil reais) a R\$ 10.000,00 (dez mil reais), duplicada em caso de reincidência.

*Parágrafo único.* Em caso de reincidência, sem prejuízo da multa, a autoridade judiciária poderá determinar a suspensão da programação da emissora por até dois dias.” (NR)

**“Art. 255. ....**

Pena – multa de R\$ 3.000,00 (três mil reais) a R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

*Parágrafo único.* Em caso de reincidência, a autoridade judiciária poderá determinar a suspensão do espetáculo ou o fechamento do estabelecimento por até quinze dias.” (NR)

**“Art. 256. ....**

Pena – multa de R\$ 1.000,00 (mil reais) a R\$ 3.000,00 (três mil reais).

*Parágrafo único.* Em caso de reincidência, a autoridade judiciária poderá determinar o fechamento do estabelecimento por até quinze dias.” (NR)

“**Art. 257.** .....

Pena – multa de R\$ 1.000,00 (mil reais) a R\$ 3.000,00 (três mil reais), duplicando-se a pena em caso de reincidência.

*Parágrafo único.* A autoridade judiciária poderá determinar a apreensão da revista ou publicação.” (NR)

“**Art. 258.** .....

Pena – multa de R\$ 1.000,00 (mil reais) a R\$ 3.000,00 (três mil reais).

*Parágrafo único.* Em caso de reincidência, a autoridade judiciária poderá determinar o fechamento do estabelecimento por até quinze dias.” (NR)

**Art. 2º** O Capítulo II do Título VII da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, passa a vigorar acrescido do seguinte art. 258-D:

“**Art. 258-D.** Os valores das multas previstas neste Capítulo serão atualizados de acordo com os índices oficiais de preços adotados pelo governo federal.”

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

## JUSTIFICAÇÃO

A publicação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) ocorreu na esteira da redemocratização do Brasil, menos de dois anos após a promulgação da Constituição-Cidadã. Seu texto assinala uma mudança de paradigma na visão da sociedade sobre o público protegido. A partir de então, crianças e adolescentes seriam considerados sujeitos de direitos, e não meros objetos submetidos à posse da autoridade paterna e materna. A lei, inclusive, previu instrumentos jurídicos para salvaguardar crianças e adolescentes de possíveis abusos cometidos pelos próprios pais e mães, bem como por terceiros.



Nesse sentido, o Capítulo II do Título VII do Estatuto dispõe sobre as infrações administrativas praticadas contra crianças e adolescentes e estabelece penalidades diversas para coibir violações aos direitos tutelados, entre elas multas pecuniárias e interdição ou fechamento de estabelecimentos.

Ao delimitar o patamar mínimo e máximo de cada multa pecuniária, no entanto, o Estatuto fez uso de um parâmetro já ultrapassado, a saber, o “salário de referência”, inclusive extinto no ano anterior ao advento do ECA. A menção a tal indexador provoca questionamentos até os dias de hoje, inclusive entre os tribunais.

Temos conhecimento de que a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça legitimou a fixação do valor da multa pecuniária em salário de referência, corrigido monetariamente. No entanto, remanesce a dúvida sobre que critérios de atualização monetária aplicar – a depender do critério adotado, as multas poderão ser mais ou menos expressivas. Além disso, não são raras decisões judiciais que atrelam as multas ao salário-mínimo, o que é vedado pela Constituição.

Diante do quadro que descrevemos, apresentamos este projeto de lei, que visa a eliminar a atual incerteza que paira sobre a definição dos valores de multa por infrações administrativas previstas no ECA. Nossa ideia é substituir o salário de referência por valores em reais, bem como propor uma metodologia para a constante atualização de tais quantias sem a necessidade de futuros ajustes legais.

Esperamos, por fim, que a definição dos referidos limites na moeda corrente de nosso País possa ensejar a aplicação proporcional das multas e evitar a fixação de valores ínfimos, que, em última análise, não têm efeito inibitório de infrações cometidas contra crianças e adolescentes.

Ante o exposto, contamos com o apoio de nossos pares.

Sala das Sessões,

Senadora MARA GABRILLI